



PL 5343/2020
00005

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Projeto de Lei nº 5343, de 2020

Institui a Lei de Responsabilidade Social; estabelece normas de responsabilidade social para a redução da pobreza e dá outras providências.



SF/21101.30670-99

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

“Art. 1º São estabelecidas, na forma desta Lei, normas de Responsabilidade Social para o Governo Federal e definidas metas para taxas de pobreza, observados os seguintes fundamentos:

I – alocação específica e suplementar de recursos no orçamento público para ações de transferência de renda, mitigação de flutuação de renda, estímulo à emancipação econômica e promoção da igualdade de oportunidades por meio do desenvolvimento humano;

II – **redução das despesas financeiras da União com juros e encargos da dívida pública** e condução sustentável da política fiscal, voltada para um ambiente macroeconômico estável compatível com a geração de empregos e de renda.

§ 1º Ficam estabelecidas as seguintes metas para taxas de pobreza no Brasil, nos **cinco** anos subsequentes à publicação desta Lei, respectivamente:

I – taxa geral de pobreza inferior a 12% (doze por cento), 11% (onze por cento), 10% (dez por cento), 9% (nove por cento) e 8% (oito por cento);

II – taxa de extrema pobreza inferior a 4% (quatro por cento), 3% (três por cento) e 2% (dois por cento), 1,5 (um e meio por cento) e 1% (um por cento).”

JUSTIFICAÇÃO

Ao prever os fundamentos da responsabilidade social, o PL deixa de mencionar a necessidade da redução das despesas financeiras da União com juros e encargos da dívida.

O Brasil é um dos países em que essa despesa é mais significativa. Segundo o Fundo Monetário Internacional, entre 2016 e 2019, **23% das despesas totais do Governo foram com juros da dívida pública**. O Brasil foi o sétimo país do mundo com maior % de despesa com juros, enquanto a média anual da América Latina foi de 11,23% no mesmo período, e os países da União Europeia dispenderam 4% em média, por ano, com juros.

Há algo profundamente errado nessa priorização da dívida pública que torna o país refém do financismo especulador.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

Ao mesmo tempo, o PL fixa metas tímidas, e para apenas 3 anos. Propomos metas objetivas para, pelo menos, os primeiros cinco anos, de forma a tornar mais efetiva e concreta a redução proposta pelo projeto.

Sala das Sessões,

SENADOR PAULO PAIM
PT-RS



SF/21101.30670-99